



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO
CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AMANDA DA SILVA VILLAS BÔAS

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930

BRASÍLIA – DF

2018

AMANDA DA SILVA VILLAS BÔAS

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Universidade de Brasília,
como requisito necessário para obtenção
do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani

Brasília, fevereiro de 2018

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, meus avôs e minha irmã por todo o apoio e carinho que foi me dado durante esta etapa da minha vida. Agradeço por acreditarem em mim.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus por minha vida e por ter me possibilitado chegar até esta fase de minha jornada.

À minha família por todo incentivo e amor incondicional. Em especial à minha mãe e minha irmã, Cristina Carlos e Fernanda Villas Bôas, por cada dia que estiveram ao meu lado, por toda ajuda, preocupação e amor, muito obrigada. Aos meus avôs, Maria das Dores, Nadir Aurea (in memoriam) e Armando Laurindo por serem os meus portos seguro e por todo socorro em momentos de dificuldades. Ao meu pai por todo o incentivo e conselhos.

A Universidade de Brasília por toda a estrutura e pela oportunidade que me foi dada para realizar o curso. Aos meus professores por todo o aprendizado durante esses anos.

Ao professor Flávio Versiani pela disponibilidade em me auxiliar, pela paciência, por todas as conversas e ensinamentos.

Ao grupo PET e ao nosso tutor José Guilherme de Lara Resende, foi um prazer aprender junto com vocês, passar por essa experiência foi essencial para a minha formação.

Aos meus amigos e ao meu namorado, Marcelo, que me fizeram rir em momentos em que eu estava exausta, me apoiaram e me deram forças para seguir em frente.

Ao BNDES pela experiência inesquecível de estágio em que cresci tanto como profissional tanto como pessoa. Ao meu supervisor Ian Ramalho Guerriero por toda compreensão, incentivo e conselhos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigada.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de descrever importantes fatos da década de 1930, observando consequências advindas da década anterior e comparando dados macroeconômicos. A política de valorização do café, o início da Era Vargas e o crescimento da indústria nacional são alguns dos fatos abordados. No estudo do cenário econômico confrontamos duas análises clássicas, porém divergentes, sobre o desempenho do país. Furtado defende que o processo de crescimento da indústria foi um subproduto de medidas adotadas para proteger a agricultura cafeeira, enquanto Peláez afirma que as políticas protecionistas impediam o desenvolvimento de outros setores da economia. A defesa desses argumentos por outros autores também é relatada.

Palavras-chave: Década de 30, Indústria, Políticas Protecionistas.

Abstract

This paper intends to describe important facts about 1930 decade. In order to do so, it analyzes consequences due to the early decade events and compares macroeconomics data. The coffee valorization policy, the beginning of Vargas Era and the development of national industry are some of the addressed subjects. Studying the economic scenario, this paper compares two classical, yet divergent, views about the national growth. Furtado argues that the process of industrial development was a byproduct of actions taken to protect coffee farming. On the other hand, Peláez claims that protectionist policy actually restrained other sector's progress in the economy. Other authors view are also included.

Keywords: 30decade, Industry, protectionist policies.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Crescimento da Indústria	14
Tabela 2 - Intervenções Governamentais	15
Tabela 3 - Questionamentos sobre o Café.....	18
Tabela 4 - Índice do Nível Real de Atividade Econômica.....	20
Tabela 5 - Importação de Máquinas.....	21
Tabela 6 - Taxa de Câmbio.....	21
Tabela 7 - Índice do Nível de Atividade Econômica	26
Tabela 8 - Taxa de Câmbio.....	27
Tabela 9 - Síntese das Variações no Preço do Café.....	29
Tabela 10 - Balança Comercial em Libra Esterlina	32
Tabela 11 - Índices Anuais de Produção Industrial - segundo os setores da indústria de transformação (1939=100)	36
Tabela 12 - Produção e Consumo Brasileiros de Ferro Gusa, Lingotes de Aço, Aço Laminado e Cimento (Milhares de toneladas)	37
Tabela 13 - Produção de Algodão (em toneladas).....	37
Tabela 14 - Indústria Têxtil (1939=100).....	38
Tabela 15 - Orçamentos Federais em Milhares de Contos	39
Tabela 16 - Diferenças entre o Orçamento Realizado e o Estimado do Governo	40

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Área Colhida de Café em Hectares	17
Gráfico 2 - Importações (1939=100).....	28
Gráfico 3 - Balança Comercial em Libra Esterlina.....	31

Sumário

1. Introdução.....	9
2. A Década de 20.....	12
2.1. Governo.....	12
2.2. A Primeira Guerra Mundial.....	13
2.3. Café.....	14
2.3.1. Intervenções governamentais Esporádicas.....	14
2.3.2. Política Permanente de Defesa do Café.....	16
2.3.3. A Super Oferta de Café.....	16
2.4. Dados sobre a Década de 20.....	19
2.5. Indústria.....	22
3. A Década de 30 e Divergentes Interpretações.....	24
3.1. Governo e Política Econômica.....	24
3.2. A Recuperação da Crise e o Crescimento Econômico.....	25
3.3. Café.....	28
3.4. Desenvolvimento Industrial.....	33
3.4.1. Defesa de Furtado.....	33
3.4.2. Defesa de Peláez.....	35
3.4.3. Dados sobre a Indústria.....	35
3.4.4. Indústria Têxtil.....	37
3.5. Uma Breve Análise.....	38
4. Considerações Finais.....	41
5. Referências Bibliográficas.....	43

1. Introdução

A importância da década de 30 deriva do crescimento econômico do país oriundo do deslocamento do centro dinâmico que passou a ser voltado para a indústria e para o mercado interno (FURTADO, 1959, p. 278).

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão da literatura sobre a década de 30 no Brasil, especificamente sobre o desenvolvimento econômico e as divergentes interpretações com relação a esse período.

Para tanto será importante detalhar fatos ocorridos nos anos anteriores, pois esses apresentaram mudanças políticas e econômicas importantes e afetaram de modo relevante o período em estudo.

Um destes foi a Primeira Guerra Mundial. Neste período houve uma barreira natural aos produtos importados, o que direcionou a demanda interna para a produção nacional e ajudou no desenvolvimento da indústria.

Como mudança política, o Brasil transitou da República Oligárquica para a Era Vargas, que perdurou por 15 anos, via um golpe militar liderado por Getúlio Vargas. Vargas foi um presidente com um cunho mais nacionalista e com políticas voltadas para o desenvolvimento econômico do país, o que foi visto como positivo para a indústria brasileira.

Houve, segundo Furtado (1959), um deslocamento do centro dinâmico da economia do setor agrário exportador para o setor industrial voltado para o mercado interno.

Apesar de ser um país primordialmente agrário exportador até os anos 30, não é correto afirmar que o Brasil não possuía atividade industrial, mas podemos constatar que existiram pouquíssimas políticas nacionais direcionadas à indústria. Foram políticas espaçadas, pontuais, não contínuas, não permanentes, curto prazistas, para setores específicos, com pouca ou nenhuma abrangência.

A produção agrícola brasileira voltada para fora tinha destaque com relação a outras atividades, principalmente, por causa da vantagem comparativa (teoria ricardiana) que proporcionava produções em escala a menores custos. A existência

de grandes terras férteis, de uma quantidade satisfatória de mão de obra, de uma diversidade de plantas adaptáveis ao clima e ao relevo do país facilitaram a manutenção da economia agrícola já existente, apesar das oscilações com relação a investimentos e financiamentos externos.

Dentro desta economia agrícola, o café era o principal artigo de exportação. Características como as descritas acima, propiciaram ao Brasil o posto de produtor de três quartos da oferta mundial de café ao final do século XIX, logo, variações no preço do bem afetavam diretamente a economia do país (FURTADO, 1959, p. 252).

Dean (1971) ratifica a importância do setor cafeeiro dando a ele o mérito de gerador da economia monetária para o sistema industrial.

O café era a base do crescimento industrial nacional, primeiro que tudo, porque propiciava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial – a economia monetária (DEAN, 1971, p. 10).

Dada a sua importância econômica e os lucros que gerava, a produção cafeeira era o núcleo de investimentos da economia, o que aumentou a produção e, conseqüentemente, causou um descompasso entre a oferta e demanda do produto que levou a uma queda no preço do café. Para não incorrer em maiores prejuízos econômicos, o Governo interveio via políticas de valorização do café a partir de 1902dd.

Outro fato importante, que despertou discussões e divergentes interpretações, foi a recuperação relativamente rápida da economia brasileira após a crise de 1929. Furtado (1959) argumenta que a crise teve um menor impacto sobre a economia por causa da Política de Valorização do Café e da Política Cambial. As ações do governo, mesmo que não intencionais, foram, para Furtado, ações anticíclicas de grande importância para a recuperação da economia. Já Peláez (1972) justifica que o motivo foram causas externas, como por exemplo, as oscilações da taxa de câmbio que encareciam as importações e abriam caminho para a utilização da capacidade ociosa da indústria nacional e, até mesmo, o surgimento de produções mais específicas.

Para os autores, as causas do desenvolvimento industrial do Brasil não se concentram numa só visão. Para Furtado (1959), o processo de crescimento da indústria foi um subproduto de medidas adotadas para proteger o setor cafeeiro.

Enquanto Peláez infere que a razão da industrialização está fundamentada na quebra na capacidade de pagamento externo dos países. Para ambos os autores, as políticas de proteção do café impediram o desenvolvimento de outros setores da economia, ao ponto de criar uma barreira artificial contra os investimentos no setor industrial.

Neste trabalho serão detalhados os pontos citados acima e estará dividido da seguinte maneira: na segunda seção serão apresentados os antecedentes e os primórdios dos anos em análise, os principais aspectos que se mantiveram na transição entre décadas, as questões políticas e econômicas, ressaltando-se dados sobre o café e as medidas que o governo teve que tomar. Na terceira seção foca-se a década de 30 dando destaque para a indústria e apresenta argumentos sobre a recuperação da crise de 29 na visão de alguns autores. As seções apresentam dados macroeconômicos em tabelas e gráficos visando uma maior didática ao fluir da leitura. Na quarta seção estarão as considerações finais que têm por intuito finalizar a revisão literária e reiterar contribuições citadas durante o desenvolvimento do tema.

2. A Década de 20

Pode-se dizer que o desenvolvimentismo, com suas tinturas nacionalistas, tem, no âmbito do governo, raízes que se estendem ao século XIX. (VERSIANI, 2012, p. 869)

Alguns acontecimentos antecedentes aos anos 30 são relevantes para explicar o comportamento da economia brasileira neste período. A Primeira Guerra Mundial, mudanças no governo, investimentos no decorrer de 1920 e a importância da produção de café foram fatos que influenciaram o período em análise.

2.1. Governo

A República Oligárquica – também chamada de República do Café com Leite – foi o modo de organização do Governo entre os anos de 1894 até 1930 e consistia no revezamento do governo presidencial entre representantes do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Mineiro, fundamentado na importância dos Estados de São Paulo e Minas Gerais para a economia do Brasil (ABREU, 1992, p. 35-37).

O período teve como primeiro e último presidentes Campos Sales e Washington Luís, ambos do Partido Republicano Paulista – PRP.

O período pode ser caracterizado por relativo protecionismo, entretanto com uma considerável abertura comercial que pode ser corroborada com os dados da balança comercial que apresentou apenas três déficits durante todo o período da República do Café com Leite – nos anos de 1913, 1920 e 1921 (VILELA).

A economia era baseada no modelo primário-exportador, em que o Brasil importava produtos manufaturados com a receita da exportação de *commodities*. A pauta exportadora tinha como principais commodities o café, o algodão, a borracha e o açúcar. Por outro lado, a pauta de importações era bastante diversificada, variando desde insumos, bens de consumo, até máquinas e equipamentos.

As exportações brasileiras tinham como principais destinos os Estados Unidos, a Alemanha, Grã-Bretanha, França e Argentina.

O fim deste período, como já citado, ocorreu no governo de Washington Luís que deveria apoiar um candidato do PRM para substituí-lo na presidência, entretanto não o fez e apoiou Júlio Prestes do PRP. O então candidato do PRM, Antônio Carlos

de Andrada, formou uma chapa de oposição, Aliança Liberal, junto com os Estados do Rio Grande do Sul e Paraíba, cujo candidato a presidência era o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas (FAUSTO, 1981, p. 128, 129).

Após as eleições, Júlio Prestes saiu vitorioso, mas o Partido da Aliança Liberal acusava fraude no resultado. Neste mesmo tempo, ocorreu o assassinato do vice-governador da Paraíba, João Pessoa, o que foi o estopim para que Getúlio, juntamente com os militares, organizasse um golpe e tomasse o poder.

A partir daí iniciava-se a Era Vargas, que perdurou por 15 anos.

2.2. A Primeira Guerra Mundial

As discordâncias relacionadas à Primeira Guerra Mundial não inibem o fato de que essa trouxe efeitos para a economia brasileira, sendo estes positivos ou não.

Para a maioria dos autores, a Guerra foi um acontecimento positivo para a indústria e pode ser considerado como o primeiro substancial surto de industrialização por substituição de importações. Um efeito proteção foi gerado pela desvalorização da taxa de câmbio que veio como consequência da diminuição de entrada de capitais no país já que o setor exportador passava por dificuldades. Na realidade, todo o comércio internacional teve dificuldades para se sustentar, sendo assim, as importações ficaram com um acesso mais restrito e a demanda interna voltou-se para a produção nacional, o que estimulou investimentos.

A Guerra de 1914-1918 teve efeitos relevantes sobre a atitude governamental em relação às indústrias locais. O conflito, impedindo o comércio regular com a Europa, abriu espaço para o aumento de produção de indústrias (VERSIANI, 2012, p. 889).

Já para autores como Dean e Villela e Suzigan, a Primeira Guerra Mundial interrompeu o processo de andamento do desenvolvimento industrial estimulado pela expansão das exportações de café. As dificuldades de importações são apontadas como um limitador para o crescimento e investimento no setor industrial. Já o crescimento da produção industrial é justificado com base na capacidade ociosa.

Independente da interpretação, os dados (vide Tabela 1) mostram que, de fato, houve um crescimento da produção industrial, mas com o fim da Guerra seria

necessário que medidas protecionistas fossem acionadas para que a indústria nacional tivesse a chance de concorrer com os produtos importados, mais baratos e de melhor qualidade.

Tabela 1 - Crescimento da Indústria

Período	Taxa Anual de Crescimento da Produção Industrial (%)
1900 - 1909	5,6
1909 - 1914	3,0
1914 - 1923	9,0
1923 - 1932	1,0
1932 - 1939	10,0
1939 - 1945	5,7

FONTE: VERSIANI, 1980.

2.3. Café

Durante a década de 20, o progresso da economia brasileira era baseado na expansão do setor agrícola exportador, com uma pauta composta por: açúcar, algodão, borracha, cacau, café, couro, charque, fumo, mate e pele. Dentre estes, o café era o destaque (SUZIGAN, 1986, P. 15).

Ao final do século XIX, o Brasil era responsável por três quartos da oferta mundial de café, isso pode ser explicado pela abundância dos fatores terra, trabalho e capital e pelas intervenções governamentais.

2.3.1. Intervenções governamentais Esporádicas

Por ser uma *commodity*, o café tem o seu preço determinado por flutuações de oferta e de demanda no mercado mundial. Baseado nisso, o Governo, com o objetivo de evitar variações bruscas no preço deste bem, começou a realizar intervenções no mercado de café a partir de 1902 (vide Tabela 2). Essas intervenções só foram possíveis porque se controlava a oferta mundial e porque a demanda por café era inelástica com relação ao preço.

Tabela 2 - Intervenções Governamentais

Anos	Intervenção
1902	Imposto por plantação de novos cafezais
1906	Governo comprava o excedente, guardava e num momento mais oportuno vendia
1917 - 1918	
1921 - 1922	
1931 - 1943	Queima de sacas de café

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Em 1902, o Estado de São Paulo realizou a primeira intervenção com o objetivo de estancar a oferta de café e, assim, elevar os preços ou pelo menos mantê-los num nível considerável.

Em 1906, além de São Paulo, os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais assinaram o chamado Convênio de Taubaté. A partir daqui, na transição entre o governo dos presidentes Rodrigues Alves (1902-1906) e Afonso Pena (1906 – 1909), o Governo Federal começa a dar apoio às intervenções. O objetivo do Convênio era reequilibrar o mercado diminuindo a oferta de café artificialmente para manter preços e renda. A intervenção acontecia da seguinte forma: o governo determinava um preço mínimo, comprava o excedente da produção, guardava e, num momento oportuno, onde o preço se elevava, ele vendia e obtinha lucro. Vale ressaltar que o café era estocável por até quatro anos e que a interferência do Governo diminuía os riscos de prejuízos para os cafeicultores.

As próximas intervenções aconteceram da mesma maneira, o governo tirava o excedente de café e depois vendia num segundo momento, mas ocorreram por motivos diferentes. Em 1917-1918, o motivo foi a queda na demanda devido a Primeira Guerra Mundial. Em 1921-1922, a valorização da Libra implicou em problemas nas importações inglesas e nas importações de países que trabalhavam com a mesma moeda, o que diminuiu a demanda por café.

Todas essas políticas foram políticas ocasionais e descontínuas. Observando isto, em 1922, Hermes da Fonseca propôs a criação de uma política de defesa permanente do café. A proposta só foi aprovada em 1924 quando foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, liderado pelo Estado de São Paulo porque era o maior produtor do bem e possuía ligações importantes com órgão nacionais e internacionais.

2.3.2. Política Permanente de Defesa do Café

As Políticas de Valorização do Café funcionavam muito bem no curto prazo e atingiam o principal objetivo de sustentar preços. O excedente de café era retirado do mercado, reequilibrando oferta e demanda, mantendo os preços e gerando efeitos multiplicadores. Entretanto, no longo prazo, era uma política insustentável, pois incentivava novas plantações e reinvestimentos de lucros, já que o setor tinha pouco risco, e conduzia a uma tendência de super oferta.

A Política também incluía um imposto sobre exportações de café com a finalidade de cobrir empréstimos externos que financiariam as compras do produto pelo Governo Estadual. Supunha-se que esse imposto contribuiria para desestimular a expansão de plantações, mas, de fato, o incentivo dado pela manutenção de um preço lucrativo foi mais forte, e os cafezais continuaram a crescer.

Portanto, o objetivo era um - diminuir a oferta de café para manter preços - e o efeito outro – diante de um mercado lucrativo e de uma política de defesa que nenhum outro produto agrícola possuía, os produtores permaneceram investindo na produção cafeeira.

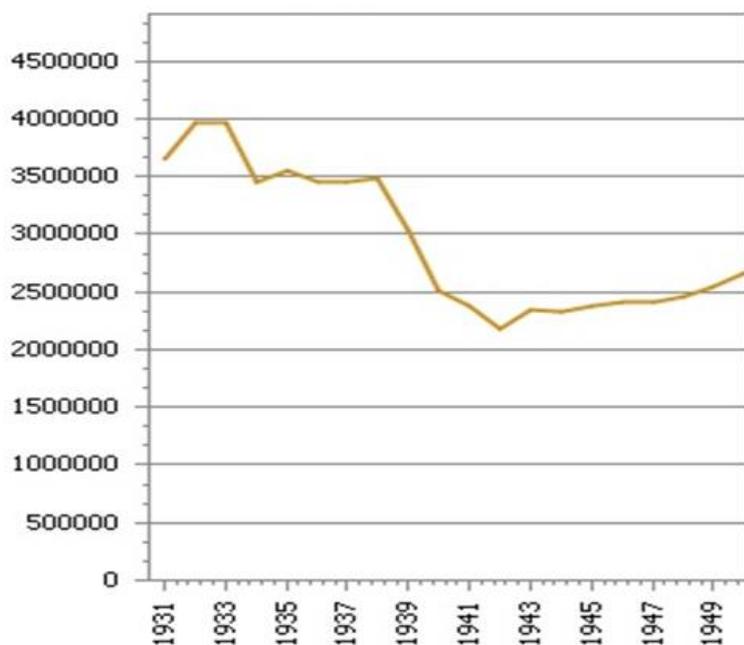
A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações (FURTADO, 1959, p. 257).

Na visão de Furtado, para evitar a continuidade de inversões no setor cafeeiro, seria necessário que algum outro produto agrícola tivesse pelo menos a mesma rentabilidade quando os lucros fossem aplicados, o que era difícil em meio a exclusividade da Política de Defesa que recebia o café.

2.3.3. A Super Oferta de Café

Além da Política de Defesa do Café, que gerava incentivos para o reinvestimento no setor cafeeiro, a oferta, que se expandia, também contava com a abundância dos fatores de produção - terra e mão de obra. Com isso, a partir de 1927, o café começou a apresentar safras recordes e quebras de recorde ano após ano. As plantações realizadas em 1927-1928 seriam colhidas por volta de 1933, já que o café demora de quatro a seis anos para crescer e amadurecer nas plantações, e foi neste período que a área colhida de café atingiu o seu máximo (vide Gráfico 1).

Gráfico 1 - Área Colhida de Café em Hectares



FORNTE: IPEA DATA

O acúmulo de estoques pelo Governo Estadual, que retirava os excedentes, manteve o preço do café no nível de mercado. Todavia, em 1927-1929, o nível de estoques chegou ao valor de 1,2 milhão de contos (aproximadamente 24 bilhões de cruzeiros pelos preços de 1950), sendo que em 1929, ultrapassou os 10% do produto territorial bruto¹. (FURTADO, 1959, capítulo 31)

O Governo Estadual continuou com a sua política de comprar café - mesmo em meio às dificuldades para conseguir financiamento externo ou utilizar os resíduos das reservas internacionais em 1929 - estocar e vender num momento mais favorável com o objetivo de estabilizar os preços e evitar grandes prejuízos aos cafeicultores (FURTADO, 1959, capítulo 31). Apesar de todo o esforço, o preço do café não retornou, não houve nenhuma quebra de safra e nem muito menos uma elevação da demanda - já que esta é inelástica - todos esses fatores levaram a uma super oferta e a permanência do baixo preço do café.

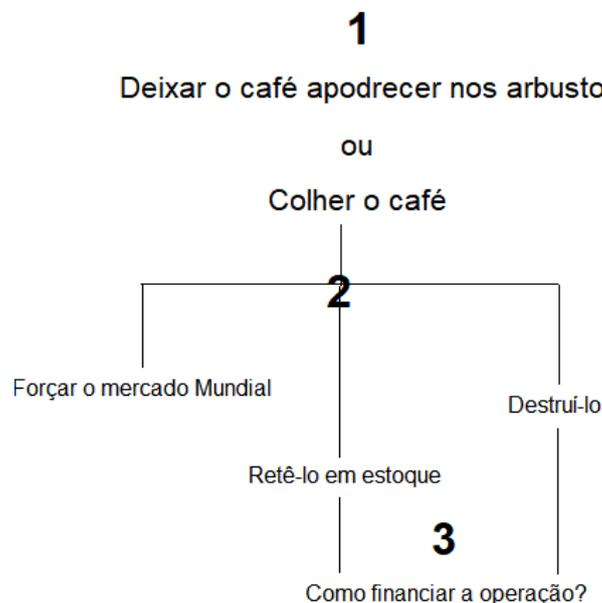
Neste período, a tentativa de elevar a demanda através da diminuição de preços era quase que inútil, pois aquela se apresentava saturada. Mesmo que

¹ Índice com base no valor e volume físico da produção agrícola e industrial elaborados por Celso Furtado (1959).

ocorresse o aumento da renda ou a diminuição no preço, a demanda não se alteraria, pois aparentemente apresentava elasticidade-renda e elasticidade-preço baixas. Isto pode ser corroborado pelo seguinte fato nos Estados Unidos: o PIB do país deslocou-se de 103,6 bilhões de dólares para 152,7 bilhões de dólares (a preços constantes) entre os anos de 1920 a 1929, porém, o consumo de café se manteve estável apesar deste aumento de renda real de 35%. Outro exemplo ocorre pelo lado dos preços, estes baixaram em até 40%, nos anos próximos a 1929, mas não houve alterações bruscas na demanda. (FURTADO, 1959)

O Governo teria que decidir como desovar os estoques de café.

Tabela 3 - Questionamentos sobre o Café



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Primeiramente, o Governo teria que decidir entre colher ou não o café. Em ambos os casos, haveria perdas: se todo o café fosse colhido, não haveria demanda suficiente para absorvê-lo; se não fosse colhido, a perda seria total.

Se o Governo optasse por colher o café, ele teria como forçar o mercado mundial a reter essa oferta? Como já citado, a demanda por café possui elasticidade-renda e elasticidade-preço baixas, logo seria difícil empurrar esse estoque em uma demanda saturada. Mas houve tentativa, em 1929-1931, o preço internacional do café caiu em 60% e ocorreu um aumento no volume físico de exportações em 25%. (FURTADO, 1959, p. 265)

Os prejuízos arcados pelos produtores de café levariam ao abandono das plantações e assim equilibrariam o mercado novamente. Para que isso não ocorresse de modo acentuado, era imprescindível que os estoques do governo não influenciassem a baixa de preços mais ainda.

Os estoques do governo não tinham a possibilidade de serem vendidos e, se fossem mantidos acarretariam custos e poderiam, dependendo da dimensão, afetar os preços de modo a ocasionar a queda destes. A solução seria destruí-los. Isso resolveria a disparidade entre oferta e demanda e não diminuiria os preços do café.

Para financiar a compra e a destruição dos estoques, visto que foi a solução encontrada pelo Governo, foram utilizados créditos do Banco do Brasil, expansões monetárias (aumentavam a inflação e desvalorizavam a taxa de câmbio) e taxações nas importações e obteve como consequência o aumento da dívida pública, desvalorização cambial e uma diminuição das importações. Em razão da crise, a ajuda externa era cada vez mais inacessível (ABREU, 1992; FONSECA, 2012).

Neste ponto temos uma divergência de opiniões:

- Furtado (1959) afirma que o financiamento para a compra e queima dos estoques de café foi realizado por meio de expansões de crédito, o que permitia a manutenção da renda dos cafeicultores e se caracterizaria como uma política anticíclica que só seria proposta por Keynes em 1936. A renda era mantida devido ao efeito multiplicador ocasionado pelos gastos com a compra dos excedentes de café.
- Peláez (1972) afirma que o financiamento não foi realizado inteiramente pela expansão de crédito, mas em sua maior parte custeada por novos impostos lançados às exportações do produto a partir de 1931, o que tinha como objetivo ajudar a diminuir a oferta de café.

Ao gerar déficits fiscais, em grande medida associados à política de compra da produção excedente de café, o governo teria adotado políticas pré-keynesianas de sustentação do nível de atividade econômica (ABREU, 1992).

2.4. Dados sobre a Década de 20

Até a transição entre as décadas de 20 e 30, a economia brasileira era voltada para a agricultura de exportação e tinha como principal produto o café.

Entretanto, a existência de indústrias era um fato (VERSIANI, 2012, P.16). Indústrias que complementavam a atividade agrícola, as chamadas indústrias naturais, eram de fácil existência pelos seguintes fatos: utilizavam as matérias primas locais e não necessitavam de protecionismo, pois os custos com transporte de importados asseguravam os preços relativos a seu favor (FONSECA, 2012). Mas as indústrias eram artificiais em sua grande parte (como diziam alguns críticos, na época), dependentes de alguma forma de proteção.

Em síntese, a atividade econômica da década de 20 não apresentou crescimentos impactantes, mas também não trouxe decréscimos (vide Tabela 4). Apesar disso, o aumento em investimentos voltados à capacidade produtiva da indústria ocorrido neste período foi de extrema importância para o desenvolvimento industrial na década de 30 (vide Tabela 5).

Os investimentos ocorriam em momentos em que a moeda nacional estava valorizada (queda na taxa de câmbio), isso porque barateava as importações de máquinas e equipamentos para a construção do parque industrial nacional, mas, como consequência, diminuía a proteção interna. Já em momentos de desvalorização da moeda nacional (aumento da taxa de câmbio), as importações encareciam, os investimentos diminuía e a proteção à produção nacional aumentava (SUZIGAN, 1986, P. 50).

Tabela 4 - Índice do Nível Real de Atividade Econômica

Estimativa dos índices			
Anos	Haddad	Fishlow	Villela-Suzigan
1920	41,5	48,0	47,4
1921	42,3	48,0	49,0
1922	45,6	53,0	50,5
1923	49,5	54,0	53,3
1924	50,2	55,0	52,9
1925	50,2	55,0	51,7
1926	52,8	56,0	53,1
1927	58,5	61,0	57,6
1928	55,2	67,0	67,0
1929	55,9	67,0	66,9

FONTE: IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL²;1990³.

² O Índice do Nível Real de Atividade Econômica equivale ao Produto Interno Bruto para a época, pois este só veio a ser calculado pela primeira vez em 1953.

³ Haddad, Fishlow e Villela-Suzigan são autores que estimam diferentes dados para a época.

Tabela 5 - Importação de Máquinas

Anos	Máquinas Têxteis		Outras Máquinas	
	£ 1.000	Toneladas	£ 1.000	Toneladas
1920	752	4.272	3.587	23.657
1921	954	6.295	3.137	23.362
1922	839	6.838	1.443	15.844
1923	934	8.984	1.537	16.581
1924	1.128	10.193	2.744	26.204
1925	1.778	17.859	3.433	31.269
1926	1.050	10.033	3.306	28.529
1927	740	6.744	2.985	24.980
1928	755	6.244	3.415	28.064
1929	562	4.647	4.095	27.128
1930	283	1.986	2.220	18.981

FONTE: VERSIANI; 2002.

O destaque no aumento de importações de máquinas nos anos de 1925 e 1926 está ligado à valorização da moeda nacional nesses mesmos anos (vide Tabela 6). Versiani (1987, p.10 e 12) evidencia a política monetária contracionista para o período citado como razão da valorização monetária e consequente aumento das importações.

Tabela 6 - Taxa de Câmbio

Anos	Mil Réis/Libra
1920	22.511
1921	37.176
1922	37.976
1923	47.966
1924	44.580
1925	39.498
1926	33.860
1927	41.095
1928	40.752
1929	40.710
1930	43.992

FONTE: IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL; 1990.

2.5. Indústria

Os primeiros focos de atividade manufatureira no Brasil ocorreram por volta de 1885 com a produção de tecidos, alimentos, roupas e bebidas. Eram indústrias de bens de consumo não duráveis, sem desenvolvimento tecnológico, pouco complexas e pautada em mão de obra.

O setor industrial oscilava entre dois períodos, de acordo com a taxa de câmbio. Quando a moeda nacional desvalorizava, surgia uma barreira natural às importações, logo, a demanda voltava-se para a produção interna que tinha que aumentar a produção. Quando a taxa de câmbio diminuía, a importação de máquinas e equipamentos barateava e estimulava um investimento na capacidade produtiva das empresas.

Se analisarmos com mais detalhes, vamos perceber que estes dois períodos da indústria dependiam do setor exportador, já que a taxa de câmbio oscilava juntamente com ele. Se o setor exportador vai bem, ou seja, está exportando muito, a entrada de fluxos de capitais aumenta, valoriza a moeda nacional ou diminui a taxa de câmbio, permitindo maiores importações, logo, um aumento dos investimentos em capacidade ociosa. Agora, se o setor exportador não vai bem, entram menos fluxos de capitais e influxos de dívidas, desvaloriza a moeda nacional ou aumenta a taxa de câmbio, cria-se uma barreira natural à importações e tem-se uma maior produção industrial (VERSIANI, 1980, P. 17).

Em suma, a relação entre o setor exportador e o setor industrial é de interdependência e não de antagonismo (SUZIGAN, 1986, P. 26).

Devido à concorrência com produtos importados, e sendo estes de melhor qualidade, a atividade industrial nacional necessitava de medidas protecionistas para crescer, se diversificar, atingir robustez e, assim ascender no mercado mundial. Porém estas medidas deveriam ser realizadas de modo temporário até que as indústrias nacionais alcançassem estabilidade suficiente para voltarem a concorrer com as importações (FURTADO, 1959). Caso contrário a livre concorrência seria limitada podendo afetar os preços e prejudicar consumidores.

Apesar da necessidade de proteção da indústria nacional, este setor recebia incentivos e subsídios de caráter esporádico e não sistemático, pois em uma economia agrícola exportadora, qualquer sinal de política econômica para a indústria era inibido devido a uma resistência política. Apesar disto, as políticas

governamentais não foram totalmente anti-industriais, mas também não estimularam deliberadamente o setor de manufaturas.

Mesmo sem uma proteção, a indústria de tecidos passou por um período onde a sua oferta estava maior do que a demanda. Isso decorreu, não só por devido ao aumento de importações – oriundo da queda no preço em libras esterlinas do produto inglês – mas, devido também ao aumento de importações de máquinas nos anos entre 1924 e 1926 (vide Tabela 5), principalmente por novos produtores. As novas fábricas, muitas delas localizadas no interior de São Paulo, tinham vantagens quanto ao custo de produção, pois importaram máquinas que tinham uma tecnologia mais moderna. Essa diminuição no custo causou uma redução da participação dos produtores tradicionais no mercado de produção de tecidos (VERSIANI, 1987, p. 52 e 53).

Ao final dos anos 20, os industriais manifestaram-se reivindicando medidas protecionistas, dado que a valorização cambial, a queda no preço externo dos tecidos importados, o aumento da concorrência interna estavam aumentando a concorrência no mercado dos tecidos. Em resposta, o Governo aumentou as tarifas para tecidos importados em 1929 (VERSIANI, 2012, p. 871).

Do mesmo modo em que na Primeira Guerra Mundial houve dificuldades para importar (FISHLOW, 1972, p. 19), em anos adjacentes a Grande Depressão, o mesmo ocorreu. As importações brasileiras diminuíram bruscamente, o que incentivou o surgimento de indústrias mais complexas, como as de bens de capital (FURTADO, 1959, p. 199).

3. A Década de 30 e Divergentes Interpretações

De modo geral, a década de 30 tem início com um golpe político, uma economia abalada tanto externa como internamente, sem perspectiva com relação a empréstimos ou relações comerciais entre os países.

3.1. Governo e Política Econômica

Como já vimos, ao final da década de 20, Getúlio Vargas juntamente com os militares tomam o poder. Tem-se início a Era Vargas. Um governo sem legitimidade, dado que surgiu apoiado num golpe militar, e que foi caracterizado como nacionalista (FAUSTO, 1981, p. 140-143).

Até o início dos anos 30, a Política Econômica variou de acordo com a conjuntura. A hegemonia do capital cafeeiro tornava politicamente inviável a imposição pelo governo brasileiro de impostos diretos sobre as exportações de café. A solução alternativa encontrada foi a cobrança de direitos aduaneiros sobre as importações.

A Tarifa Aduaneira era a mais importante fonte de receita para o governo, ao mesmo tempo em que beneficiava indiretamente a indústria nacional devido à proteção que oferecia. Essa proteção ganhava mais força quando os preços do café caíam e, conseqüentemente, a taxa de câmbio se desvalorizava, o que favorecia a indústria também.

Pós 30, as políticas monetária e fiscal passaram a ter um caráter mais expansionista, isso desfavorecia as importações e estimulava o crescimento da produção nas indústrias. (SUZIGAN, 1986, p. 36)

Em 1931, um decreto autorizou uma revisão geral da tarifa em vigor desde 1900. Porém, a reforma só ocorreu de fato em 1934, durante a gestão do Ministro Oswaldo Aranha.

A Tarifa teve como principais alterações os pontos:

- i. Atualizou a nomenclatura, aumentando o número de itens de 1.070 a 1.897;
- ii. Reduziu para 7 as posições com direitos *ad valorem*;
- iii. Instituiu duas modalidades de direitos: gerais e mínimos;
- iv. Extinguiu a cobrança dos direitos em ouro.

3.2. A Recuperação da Crise e o Crescimento Econômico

O Brasil passou por duas crises ao final da década de 20, uma interna e outra externa, a Crise do Café e a Grande Depressão de 29. Apesar disso, a recuperação econômica brasileira foi rápida se comparada aos outros países, tendo início em 1933, enquanto que os sinais de recuperação dos Estados Unidos, por exemplo, só começou em 1934. E em nenhum ano houve investimentos líquidos negativos no Brasil, diferentemente do que ocorreu com outros países (FONSECA, 2012, p. 78).

Neste ponto, novamente, as opiniões divergem.

Enquanto para Furtado (1959), o impacto da depressão foi pouco acentuado no Brasil devido à ação do governo em relação ao setor cafeeiro via Política de Defesa do Café. A compra do excedente manteve a renda e o emprego da economia, isso é corroborado através da divergência entre as porcentagens de queda da renda e do preço do café: a renda do setor cafeeiro caiu em 30% e o preço do café em 60% (SUZIGAN, 1986).

Para Peláez (1972), a Política de Valorização do Café distorceu as taxas relativas de retorno entre investimentos no setor exportador e investimentos nas atividades internas. A distorção ocorreu em favor do setor exportador e atrasou o desenvolvimento de outras atividades, sobretudo o desenvolvimento industrial.

Em termos de um simples modelo keynesiano semelhante ao usado por Celso Furtado, a recuperação de 1932 foi causada por despesas não planejadas resultantes de pressão de um incidente histórico-político. (PELÁEZ, 1972, p.212)

De acordo com ele, a recuperação da economia brasileira foi ocasionada por oscilações na balança de pagamentos e pelo déficit orçamentário.

A recuperação da economia brasileira repousou sobre fatores externos, tanto diretos, mediante o balanço de pagamentos, como indiretos, através do efeito que tiveram sobre o déficit orçamentário, em virtude da queda das importações (PELÁEZ, 1968, p. 36).

O Crescimento vigoroso da economia brasileira nos anos 30 foi, para Furtado, também em decorrência da Política de Valorização do Café e da forte desvalorização do mil-réis, o que deslocou a demanda para o mercado interno.

Tabela 7 - Índice do Nível de Atividade Econômica

Anos	Estimativa dos Índices, segundo:		
	Haddad	Fishlow	Villela-Suzigan
1930	54,5	66,0	66,4
1931	52,4	65,0	64,4
1932	55,1	68,0	67,9
1933	70,9	74,0	74,9
1934	77,4	80,0	80,0
1935	79,7	83,0	81,4
1936	89,3	92,0	90,4
1937	93,4	95,0	92,5
1938	97,6	98,0	96,9
1939	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL⁴; 1990⁵.

Os dados (vide Tabela 7) mostram um crescimento constante do nível de atividade econômica, com exceção de 1931 que apresentou uma leve queda, coincidentemente para os três pesquisadores.

Já os dados da Taxa de Câmbio (vide Tabela 8) evidenciam desvalorizações cambiais na maioria dos anos da década em análise, excluindo, apenas, o ano de 1937 que teve uma razoável valorização. Com a crise mundial em 1929, a substituição de importados obteve ganhos com a desvalorização cambial, uma barreira natural de proteção que modificou drasticamente os preços relativos entre produtos nacionais e internacionais propiciando o crescimento da indústria do Brasil.

⁴ O Índice do Nível Real de Atividade Econômica equivale ao Produto Interno Bruto para a época, pois este só veio a ser calculado pela primeira vez em 1953.

⁵ Haddad, Fishlow e Villela-Suzigan são autores que estimam diferentes dados para a época.

Tabela 8 - Taxa de Câmbio

Anos	Mil Réis/Libras
1930	43.992
1931	67.421
1932	69.474
1933	77.994
1934	98.206
1935	131.693
1936	132.554
1937	125.173
1938	143.227
1939	153.541

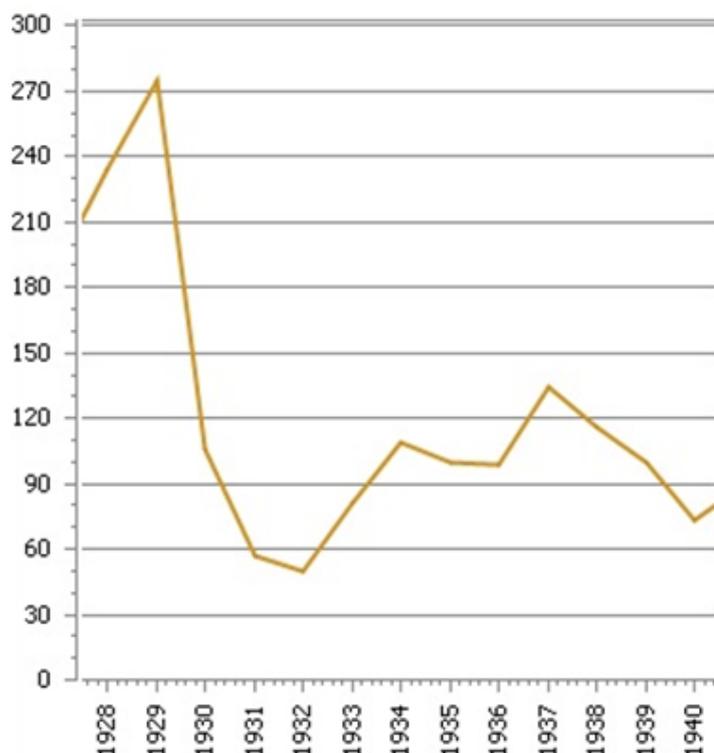
FONTE: IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL; 1990.

Como já foi exposto, a desvalorização cambial encarecia as importações e implicavam na queda destas. Isto não foi diferente para a década de 30 (vide Gráfico 2) que apresentou desvalorizações contínuas, entre os anos de 1929 e 1937, Furtado (1959, p. 274) menciona uma redução de mais de sessenta por cento das importações.

Entre 1928 e 1932, houve uma queda de 16% das exportações e de 60% das importações (ABREU, 1992, p. 74).

Em meio as dificuldades impostas pela Grande Depressão e para sustentar um comércio internacional mínimo, um acordo entre Estados Unidos e Brasil, assinado em 1933 (ABREU, 1992, p. 86), manteve as principais exportações brasileiras livres de tributos em troca de concessões tarifárias aos produtos norte americanos.

Gráfico 2 - Importações (1939=100)



FONTE: IPEA DATA

3.3. Café

Ao final da década de 20 e início da década de 30, a saída encontrada pelo governo como destino para os seus estoques de café foi a destruição desses através da queima. Foram destruídas mais de 70 milhões de sacas entre 1931 e 1943 (ABREU, 1992). Pode parecer ilógico ter o trabalho de colher o café para destruí-lo, mas, para Furtado, foi isso que manteve a renda dos cafeicultores e incentivou a demanda interna, dado que a recuperação dos preços do café não respondia.

A recuperação dos preços do café parecia algo distante para os anos 30. Em 1933, este produto chegou ao menor valor que se havia observado - 26,4 centavos por libra - e quase não sofreu alterações até 1937 - 25,5 centavos por libra.

Tabela 9 - Síntese das Variações no Preço do Café

Anos	Situação da Cotação do Café
1929	Baixa no preço do café
1933	Ponto mais baixo do preço
1934	Leve recuperação até 1935
1937	Igual ao valor de 1934 e inferior ao de 1932

FONTE: FURTADO⁶ (1959)⁷

Segundo Furtado, o financiamento para a queima dos estoques de café ocorreu via expansão monetária, expansão de crédito, o que, economicamente causou inflação e uma desvalorização da moeda nacional.

A ação do Governo de comprar os estoques de café, mantendo o trabalho dos cafeicultores e os preços, derivou o efeito multiplicador da Teoria Keynesiana e manteve o nível de renda (CARDOSO, 1981).

Em síntese, colher o café, comprá-lo para posteriormente queimá-lo manteve o emprego, a renda, nível de preço do café e a demanda agregada. Foi graças a essa política que, argumenta Furtado (1959), a renda foi preservada. A expansão monetária para financiar a compra e a queima dos estoques de café do governo teria implicado em déficits federais que geraram um efeito multiplicador nos níveis de renda. A ação inconsciente do Governo Estadual foi caracterizada como uma política anticíclica que futuramente seria descrita por Keynes na Teoria Geral.

Furtado defendeu que a política de intervenção governamental (desvalorização cambial, expansão da oferta monetária, retenção e queima de estoques de café) teve como resultado a sustentação do nível de renda nominal e do produto, antecipando-se às recomendações anticíclicas keynesianas (FONSECA, 2012, p. 4).

⁶ Oscilações descritas por Furtado (1959, p. 268) sem a citação de dados numéricos.

⁷ De fato, a cotação mais baixa, até 1937, foi em 1935.

Abreu (1992) ratifica Furtado quando afirma que a demanda agregada foi sustentada por políticas expansionistas de gastos.

Complementando a afirmação de Furtado, Peláez (1972) argumenta que o financiamento não foi inteiramente realizado pela expansão do crédito, mas em sua maior parte custeada por novos impostos lançados às exportações a partir de 1930. O financiamento via crédito foi visto da seguinte maneira: o crédito provindo do Tesouro poderia ser considerado como criação de moeda, pois não existia pressão para que ocorresse o pagamento e o crédito concedido pelo Banco do Brasil, mesmo incidindo juros, não era pago imediatamente. Portanto, esses financiamentos poderiam ter exercido um efeito multiplicador na renda nacional também (PELÁEZ, 1972, p. 59).

A acumulação e destruição do café foram financiadas por novos impostos, em vez de por criação de moeda. Dentro de um modelo keynesiano simples, a renda criada pelas despesas federais, destinadas a sustentação do café, foi, em grande parte, destruída por novos impostos. (PELÁEZ, 1972, p. 50)

Apesar de complementar Furtado com relação ao financiamento, Peláez se contrapõe a ele quando o assunto é a manutenção da renda. Peláez declara que os efeitos positivos do alto nível de renda eram cancelados pelos efeitos negativos dos impostos cobrados para financiar a compra do café, ou seja, a renda criada foi, em grande parte, destruída pelos novos impostos. Para ele, a Política de Defesa do Café não foi importante para a renda – líquida do setor cafeeiro - que teve uma queda líquida de 41% entre 1928 e 1933. (Suzigan, 1986, p. 61)

Fishlow e Cardoso se posicionam entre no centro entre os argumentos extremos de Furtado e Peláez.

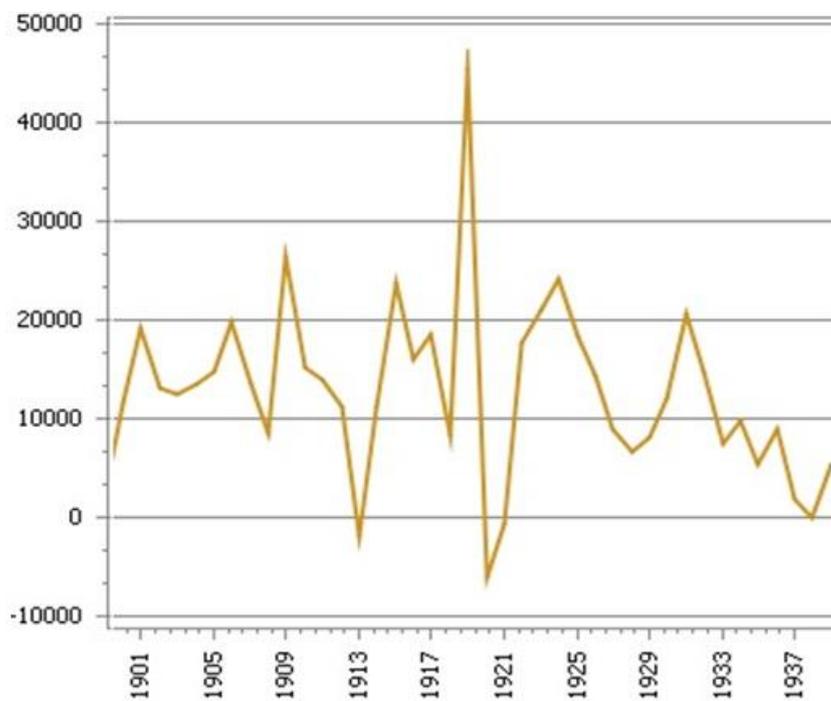
Os estudos de Cardoso (1981) mostram que, quando a estocagem do café era financiada via impostos de exportação do café, a balança comercial melhorava e, quando era financiada por crédito, o contrário ocorria. Portanto, apesar de o financiamento por crédito agir com efeito multiplicador sobre a renda, ele trazia um resultado negativo para a balança comercial (vide Gráfico 3 e Tabela 10).

Já segundo Fishlow (1972), a renda foi mantida graças à política fiscal e à balança de pagamentos, ou seja, ele mistura os argumentos de Furtado e Peláez dando mérito aos dois fatores igualmente.

Fishlow (1972) também explica que, o imposto de exportação sobre o café foi, em parte, transferido para os consumidores externos devido à inelasticidade da demanda.

A conclusão final de tudo isto é que a política cafeeira não foi provavelmente tão essencial para a recuperação inicial da depressão como Furtado declarou, nem tão simples como ele descreveu, mas também não foi tão insignificante como Peláez concluiu (FISHLOW, 1972, p.20).

Gráfico 3 - Balança Comercial em Libra Esterlina



FONTE: IPEA DATA

Tabela 10 - Balança Comercial em Libra Esterlina

Ano	Saldo
1929	8.178
1930	12.127
1931	20.788
1932	14.886
1933	7.658
1934	9.773
1935	5.581
1936	9.003
1937	1.922
1938	29
1939	5.497

FORNTE: IPEA DATA

3.3.1. Transbordamentos e transferências para o setor industrial

Segundo Furtado (1959), o setor cafeeiro não somente cresceu e se desenvolveu, ele - apoiado na Política de Defesa do Café - também gerou transbordamentos e vazamentos para outros setores da economia, principalmente para o industrial.

Para autores como Dean e Furtado, o comércio do café lançou bases para o desenvolvimento industrial através dos seguintes atos:

- i. Monetizou a economia estimulando o aparecimento de um sistema bancário e promovendo o crescimento da renda interna;
- ii. Investimento e desenvolvimento em infraestrutura promovendo uma maior integração do mercado interno;
- iii. Desenvolveu um comércio de exportações e importações;
- iv. Gerou efeitos multiplicadores sobre a renda interna aumentando o tamanho do mercado interno e a demanda por diversos tipos de bens;
- v. As exportações de café estimularam a diversificação das atividades econômicas internas e a modernização da economia;
- vi. Promoveu a imigração, aumentando a mão de obra disponível;
- vii. Supriu recursos em moeda estrangeira.

Devido à queda da rentabilidade das exportações de café, ocorreu o deslocamento de recursos para outros setores. Furtado e Fishlow defendem que a transferência de recursos ocorreu para o setor produtor de algodão e para atividades voltadas para a economia interna.

Os lucros, os gastos com manutenção e reposição derivados da produção de café começaram a ser repassados para outras atividades, como a plantação de algodão (devido ao aumento do preço internacional) e produções voltadas para o mercado interno (FISHLOW, 1972).

Peláez, novamente, discorda. Para ele, a hipótese do deslocamento de recursos não é válida, pois os recursos eram rígidos para transitarem para a indústria urbana. Entretanto, o autor não nega que houve uma transição para setores agrícolas, primordialmente para as plantações de algodão, que passaram a ser mais demandadas em razão da rápida expansão da indústria de tecidos.

3.4. Desenvolvimento Industrial

3.4.1. Defesa de Furtado

A tese de Furtado afirma que a industrialização nos anos de 30 decorreu de uma política de proteção da aristocracia cafeeira (PELÁEZ, 1972, P. 215).

O argumento de Furtado está fundamentado na ideia de que a industrialização no Brasil foi um subproduto de medidas adotadas para proteger a agricultura cafeeira, principal setor exportador da época.

Segundo o autor, o desenvolvimento industrial antes de 30 foi induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador. Enquanto o desenvolvimento pós 30 foi baseado numa industrialização substitutiva de importação estimulada pelo choque da crise do café, pelo choque da grande depressão e pelas políticas econômicas. Agora o crescimento da renda dependia do crescimento industrial e de investimentos em atividades internas.

As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de produção cafeeiro (FURTADO, 1959).

A política de Valorização do Café teria sido responsável pelo que ele considerou como um “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira, da agricultura de exportação para a produção voltada ao mercado interno.

Devido à crise do setor exportador e a grande depressão criou-se um processo de industrialização via substituição de importação que acelerou a diversificação da estrutura industrial (SUZIGAN, 1986).

O influxo no desenvolvimento da economia foi marcado pela Grande Depressão e a Crise do Café, que por ser o principal produto da pauta exportadora, ocasionou um declínio ou menor crescimento no setor exportador. A causa do influxo estaria nas medidas adotadas pelo governo para proteger os cafeicultores dos efeitos da depressão e manter a renda, mas causou estímulo a investimentos no mercado doméstico – devido ao novo nível de preços relativos entre produtos importados e nacionais, a demanda se transfere e o mercado interno fica mais atrativo para investimentos.

O setor exportador cede lugar às atividades voltadas para o mercado interno e este passa a ser o setor dinâmico para o processo de criação de renda. A mudança de setor dinâmico é propiciada pelo aumento no preço das importações e pela capacidade ociosa da indústria advinda da década anterior.

A ideia de Furtado é que se a renda não tivesse sido mantida em 1930, pela defesa do setor cafeeiro, a depressão seria tão grande que não acabaria somente com o setor exportador, mas com o mercado interno.

3.4.2. Defesa de Peláez

Não foi o mecanismo de defesa dos interesses cafeeiros que promoveu a industrialização, mas a eliminação desse mecanismo, principalmente depois de 1945. O processo de industrialização no Brasil no princípio da República se desenvolveu a despeito dos programas de defesa do café (PELÁEZ, 1972, p. 213).

As políticas protecionistas impediam o desenvolvimento da indústria e que somente após o fracasso dessas o país conseguiu se industrializar.

As intervenções do Governo e a Política de Defesa do Café resultaram em reinvestimento de lucros no setor cafeeiro que talvez não tivesse ocorrido caso o mercado fosse livre, ou seja, os recursos que poderiam ter sido investidos em outros setores, principalmente no industrial, estavam presos ao setor cafeeiro. Para ele, foi negativo ter segurado recursos por tempo demais no setor cafeeiro.

Em síntese, ter mantido recursos de maneira artificial no setor cafeeiro, sendo que estes já poderiam ter migrado para o setor industrial, implica em estar alocando de modo não eficiente e distorcendo os recursos da economia.

Para Peláez, a razão da industrialização está fundamentada na quebra na capacidade de pagamento externo dos países. Suzigan (1986) critica Peláez dizendo que o autor não oferece explicitamente uma interpretação alternativa do desenvolvimento industrial brasileiro consistente com a sua crítica aos argumentos de Furtado.

3.4.3. Dados sobre a Indústria

Já que as importações eram inviáveis (altos custos) no período 31 – 38, a indústria nacional passou a suprir o mercado e novas indústrias de capital surgiram (FONSECA, 2012).

O crescimento industrial na década de 30 não se restringiu aos bens de consumo não duráveis, pelo contrário, era necessário o suprimento da demanda interna que necessitava de bens duráveis também.

Esse crescimento foi facilitado pela existência de capacidade ociosa no setor e pelo reinvestimento de lucros.

Tabela 11 - Índices Anuais de Produção Industrial - segundo os setores da indústria de transformação (1939=100)

Setores	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Total	49,8	50,5	51,2	57,3	63,8	71,4	84,1	88,3	91,1
Têxtil	32,6	40,9	42,3	47,3	53,3	63,8	75,4	81,5	86,0
Chapéus	57,6	57,6	52,8	64,1	68,5	79,4	98,9	107,0	95,7
Calçados	58,7	60,3	52,2	55,5	60,3	76,6	91,3	98,2	85,6
Couros	48,2	47,0	43,4	53,0	55,4	63,9	63,9	66,3	60,2
Fumo	71,1	73,3	71,5	74,2	113,0	85,0	100,0	119,0	123,0
Bebidas	68,2	59,4	61,2	63,6	65,4	75,6	85,1	87,0	86,3
Químicas	42,6	42,2	49,4	48,5	54,8	64,8	92,0	93,3	103,0
Papel	21,4	27,7	25,0	39,3	50,9	67,9	76,8	92,0	95,5
Mobiliário	20,6	23,4	23,4	24,3	29,9	31,8	78,5	90,7	103,0
Alimentos	80,0	74,5	73,6	83,9	88,7	92,9	96,2	91,6	96,7
Cimentos	12,5	23,9	21,4	32,4	46,4	52,4	69,5	81,8	88,5
Siderúrgico	22,6	18,9	27,1	40,4	47,5	50,2	60,0	67,0	81,6
Pneus	1,0	2,0	5,0	8,0	11,0	17,0	42,0	55,0	65,0
Editorial	75,0	50,0	54,0	67,0	77,0	86,0	98,0	115,0	92,0

FONTE: IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL; 1990.

Em suma, todos os setores industriais cresceram substancialmente na década de 30, tendo destaque os setores de cimento, siderúrgico e de pneus de acordo com os dados acima. As indústrias de produtos primários cresceram mais rapidamente do que as demais (vide Tabela 12). Segundo Fishlow (1959), isso ocorreu porque essas indústrias dependiam apenas do crescimento do mercado e obtiveram vantagens com medidas protecionistas.

Acompanhando o crescimento da produção, houve um aumento de trabalhadores no setor industrial de 10,4% ao ano entre os anos de 1932 e 1937. Entretanto, o aumento da produtividade foi de menos de 2%, sendo 0,1% explicado pelo aumento da qualidade da força de trabalho apenas e o restante pela utilização de capital e mudanças tecnológicas (FISHLOW, 1972).

Tabela 12 - Produção e Consumo Brasileiros de Ferro Gusa, Lingotes de Aço, Aço Laminado e Cimento (Milhares de toneladas)

Média Anual	Ferro Gusa		Lingotes de Aço		Aço Laminado		Cimento	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
1925 – 1929	25,2	32,7	14,8	21,8	16,7	441,2	50,4	483,6
1935 – 1939	104,6	105,4	84,2	91,6	74,7	404,6	547,6	612
Taxa anual de crescimento	15,3	12,4	19	15,4	16,2	-0,9	27	2,4

FONTE: ALBERT FISHLOW; 1972.

3.4.4. Indústria Têxtil

A crise do café e o aumento da demanda internacional por algodão, derivada da expansão da indústria têxtil mundialmente, estimularam a produção de algodão no Brasil.

Tabela 13 - Produção de Algodão (em toneladas)

Ano	Toneladas
1926	117.902
1927	107.642
1928	102.814
1929	124.842
1930	95.486
1931	112.789
1932	76.416
1933	151.253
1934	284.604
1935	297.306
1936	351.543
1937	405.024
1938	436.628
1939	428.523

FONTE: IPEA DATA

A existência de capacidade ociosa na indústria de tecidos propiciou o rápido aumento na produção do bem – o principal setor da indústria – observado nos anos 30. Com o deslocamento de recursos, novas fábricas surgiram de novos investimentos. Estas nasceram com vantagens com relação as já existentes, pois possuíam máquinas recém-compradas e com tecnologia mais avançada que resultavam em menores custos de produção.

Além disso, em 1931, um decreto entrou em vigor proibindo a importação de máquinas para indústrias têxteis valendo até 1937. Essa medida decorreu de pressões dos grandes produtores, e evidentemente barrou a entrada de novos concorrentes, beneficiando os já estabelecidos (VERSIANI, 2012).

Apesar da proibição, ocorreu uma rápida expansão da produção. De 1931 a 1937, a produção da indústria têxtil teve um aumento anual médio superior a 12% (IBGE, 1990). Além das taxas protecionistas, só poderiam entrar no país produtos em que não existisse produção interna de similar.

Tabela 14 - Indústria Têxtil (1939=100)

Ano	Índice
1930	32,6
1931	40,9
1932	42,3
1933	47,3
1934	53,3
1935	63,8
1936	75,4
1937	81,5
1938	56,0
1939	100,0

FONTE: IPEA DATA

3.5. Uma Breve Análise

Nesta subseção, tem-se uma análise um pouco mais detalhada com relação ao argumento de recuperação da crise defendido por Peláez.

O argumento de Peláez é fundamentado no fato de que os déficits do governo tiveram efeitos favoráveis na recuperação da economia. O aumento de gastos do governo, principalmente militares devido a Revolução Constitucionalista de 1932⁸ ocorrida em São Paulo, são vistas por Peláez como políticas anti-cíclicas da teoria keynesiana.

Os déficits governamentais imprevistos com a finalidade de suprir as necessidades desenvolvimentistas deram ensejo ao rápido progresso econômico do Brasil. Ao tentar suprir esses déficits com aumento dos impostos e diminuição dos gastos governamentais, o governo incentivou o consumo interno em detrimento

⁸ Manifestações contrárias ao governo de Getúlio Vargas e que receberam forte repressão policial.

do externo, pois estava reduzindo a renda da população por meio de uma política fiscal contracionista (PELÁEZ, 1972, p.89 e 216).

Tabela 15 - Orçamentos Federais em Milhares de Contos

Ano	Receitas estimadas	Receitas realizadas	Despesas estimadas	Despesas realizadas	Resultado estimado	Resultado realizado
1931	2.670,00	1.752,70	2.451,60	2.046,60	218,4	-294
1932	2.242,40	1.682,40	2.217,30	2.859,70	25,1	-1.164,10
1933	2.125,40	2.095,80	2.100,90	2.391,80	24,6	-296
1934	2.086,20	2.518,60	2.355,00	3.050,20	-268,7	-128,2
1935	2.169,60	2.722,70	2.691,70	2.872,00	-522,1	-149,3
1936	2.537,60	3.127,50	2.893,70	3.226,10	-356,1	-98,6
1937	3.218,50	3.462,50	3.726,00	4.144,00	-507,5	-681,5
1938	3.823,60	3.879,80	3.875,20	4.735,40	-51,6	-855,6
1939	4.071,00	4,297,6	4.065,50	4.850,30	5,5	-552,8

FONTE: ALBERT FISHLOW; 1972.

Contra-argumentos:

- 1) Suzigan (1986) defende que os orçamentos governamentais eram planejados visando o equilíbrio e que o governo manifestava sua boa intenção em mantê-los equilibrados.
- 2) Já Fishlow (1972) afirma que os déficits do governo eram despesas planejadas, conscientes. Os déficits não ocorreram por conta de superestimação sistemática da receita, ou seja, era claro para o governo que os gastos superariam a arrecadação.
- 3) Ao analisarmos a tabela, podemos observar que, com exceção de 1931, 1932 e 1933, as receitas estimadas são menores do que as realizadas e que temos um crescimento na arrecadação do governo. Isso pode sinalizar um aumento de imposto e uma política fiscal contracionista. Entretanto, não há um padrão constante para os gastos do governo, porém nos últimos três anos eles crescem, o que pode significar uma mudança de política fiscal.
- 4) Em 1932, ano da Revolução Constitucional, a diferença entre a despesa estimada e a realizada foi de menos de 700 mil contos de réis e vale ressaltar que nos anos de 1934, 1938 e 1939, essa diferença foi

bem maior. Outro ponto a se observar é que a receita realizada foi quase que 600 mil contos menor do que a estimada pelo governo. Logo, o déficit de 1932 não foi causado apenas por erro na estimação de despesas ou por despesas surpresas.

Tabela 16 - Diferenças entre o Orçamento Realizado e o Estimado do Governo

Ano	Receita Realizada	Receita Estimada	Diferença	Despesa Realizada	Despesa Estimada	Diferença
1931	1.752,70	2.670,00	-917,30	2.046,60	2.451,60	-405,00
1932	1.682,40	2.242,40	-560,00	2.859,70	2.217,30	642,40
1933	2.095,80	2.125,40	-29,60	2.391,80	2.100,90	290,90
1934	2.518,60	2.086,20	432,40	3.050,20	2.355,00	695,20
1935	2.722,70	2.169,60	553,10	2.872,00	2.691,70	180,30
1936	3.127,50	2.537,60	589,90	3.226,10	2.893,70	332,40
1937	3.462,50	3.218,50	244,00	4.144,00	3.726,00	418,00
1938	3.879,80	3.823,60	56,20	4.735,40	3.875,20	860,20
1939	4.297,60	4.071,00	226,60	4.850,30	4.065,50	784,80
	Média		66,14	Média		422,13

FORNE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Portanto, o argumento de Peláez possui lacunas que podem ser contra argumentadas.

4. Considerações Finais

Independente da interpretação, o período foi, de fato, um divisor de águas para a economia: a produção agrícola de café deixa de ser a base da economia, aumentando a diversificação da matriz econômica e dando espaço para o crescimento industrial; políticas governamentais mais voltadas ao desenvolvimento econômico e que visavam à proteção das indústrias nacionais são aplicadas; surgimento de novos setores industriais no Brasil.

A década de 30 marcou a história do Brasil tanto política como economicamente. Inicialmente defrontou-se com um golpe político e uma crise econômica mundial que afetou o comércio internacional.

O café, que era a base da economia brasileira, teve que enfrentar problemas com relação ao preço e à demanda e, para isso, contou com a ajuda de políticas governamentais de proteção ao produto. Furtado argumenta que essas políticas estabilizaram o nível de renda e, juntamente com a desvalorização da taxa cambial, deslocaram a demanda para o mercado interno. A combinação da capacidade ociosa da indústria e o aumento da demanda interna ocasionou o surgimento de novas indústrias e o crescimento das já existentes.

Os investimentos voltados ao aumento da capacidade produtiva possibilitados pela valorização da taxa cambial, ocorridos na década de 20, foram de grande importância para o desenvolvimento da indústria nacional. Conseqüentemente, a indústria passou a apresentar uma capacidade ociosa com notável destaque na década seguinte e resultou numa diversificação da matriz econômica do país.

As interpretações sobre a causalidade da industrialização brasileira divergem. Furtado afirmou que foi um subproduto de medidas adotadas para proteger a agricultura. Mas para Peláez, essas políticas impediam o desenvolvimento da indústria que só se desenvolveu após o fracasso daquelas.

O deslocamento do centro dinâmico, a produção saindo da agricultura de exportação e voltando-se para o mercado interno, citado por Furtado não é aceito por Peláez que justifica não ter ocorrido uma transferência de recursos para a indústria, mas sim para outras áreas agrícolas como a plantação de algodão.

Entretanto a proposição básica de Furtado, embora com algumas modificações ou acréscimos, permanece essencialmente válida.

Independente da análise, o fato é que a década de 30 trouxe mudanças econômicas e políticas importantes para o Brasil conforme mostram os dados apresentados.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, M. P.; Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. Em: M. P. Abreu (org.). A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AUGUSTO, G.S.; A Reforma Aduaneira no Brasil. Disponível em: <www.comexdata.com.br/principal.php?home=principal&frame=set&page=index.php?PID=1000000008> Acesso em: 15 de jan. 2018.

Baer, W.; A economia brasileira. São Paulo, 1996. Ed. Nobel.

CARDOSO, Eliana A.; The Great Depression and Commodity-Exporting LDCs: the Case of Brazil. *Journal of Political Economy* 89(6): 1239-1250. 1981.

DEAN, Warren. The Industrialization of São Paulo, 1880-1945. Austin: University of Texas Press, 1969. [Trad. brasileira: A Industrialização de São Paulo. S. Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.]

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930; Historiografia e História. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FISHLOW, Albert, 1972. "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil." Em: L.E. Di Marco (ed.). *International Economics and Development; Essays in Honor of Raúl Prebisch*. New York: Academic Press, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar D.; A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Economia* 13:3b: 843-866, set./dez. 2012

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

IBGE FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990. Estatísticas Históricas do Brasil. 2ed. Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3. Rio de Janeiro, 1990.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/peadata>

PELAEZ, C.M., 1972. História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1972.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira; Origem e Desenvolvimento. S. Paulo: Brasiliense, 1986.

US BUREAU OF THE CENSUS. Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1970, Bicentennial Edition. Part 1. Washington, D.C., 1975

VILELA, A. A.; Política Comercial na Primeira República. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20COMERCIAL%20NA%20PRIMEIRA%20REP%C3%9ABLICA.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2018.

VERSIANI, Flávio R.; Industrialização: a Década de 1920 e a Depressão. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 14(1): 59-94, 1984.

VERSIANI, Flávio R.; A Década de 1920 na Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

VERSIANI, Flávio R.; As Longas Raízes do Protecionismo: 1930 e as Relações entre Indústria e Governo. Economia 13:3b: 867-895 set./dez. 2012.

VERSIANI, Flávio R.; Industrialização e a Economia de Exportação: a experiência brasileira antes de 1914. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia 34 (1):3-40 jan./mar. 1980.